



Nenhum dos cinco Governos Provisórios nasceu, como este, numa crise de contradições tão definidas. Nenhum encontrou o País tão unânime no apontar dos sintomas da instabilidade, nem tão perplexo e dividido nas soluções a aplicar.

Na rua, no trabalho, na administração pública e no forum político fala-se de diluição da autoridade; no Directório (reunião de sábado) enfrenta-se a reestruturação do Executivo; nos «lobbies» militares há vozes (a do capitão Sousa e Castro, entre outras) para as quais a garantia do Poder está nas armas. Tudo opiniões — por enquanto. Análises que podem levar, mas não levaram até agora, à adopção de medidas de fundo, consequentes na prática imediata e na orientação do futuro.

Daí o desperdício e a muita convulsão desnecessária com que tem sido sobrecarregada a nossa marcha revolucionária. Daí as etapas queimadas; o divisionismo, a reacção.

A História faz-se por saltos e por uma dinâmica de contradições que se superam, mas é função da política prever e dominar o processo, imprimindo-lhe ritmo e consolidando o terreno conquistado.

Esta consolidação e este controlo da velocidade adquirida foi, por outras palavras, o que o general Costa Gomes declarou nas vésperas da partida para Helsínquia e corresponde à opinião generalizada do País. Curiosamente, foi isso mesmo que, pouco depois, o Presidente da República iria ouvir, como parecer espontâneo, da parte de um ou mais chefes de Estados socialistas presentes na cimeira. Uma tal convergência de interpretação demonstra com toda a clareza qual a chave do problema e como é evidente o foco activo da crise. É que por muitas singularidades que ofereça a nossa anatomia política há regras com experiência e saber histórico que é perigoso menosprezar.

Duma maneira global, o problema da governação desenvolve-se actualmente num sistema de equações a três incógnitas: M.F.A., partidos e bases populares. Como tal, as contradições de cada um destes valores afectam nos outros e provocam, por reflexo, novas contradições que se propagam por todo o sistema.

No que respeita ao M. F. A., só uma coesão activa pode garantir a sua vocação de militância e a sua autoridade suprapartidária. Mas, em contrapartida, seria idealismo ou abstracção considerar-se o Movimento imune às influências ou às penetrações que as organizações políticas exercem nos quartéis e nos círculos da opinião militar. Pelo contrário. Essas pressões ganham vulto, como não podia deixar de ser. Tendem a intensificar-se, muito especialmente, por parte dos partidos que ambicionam apoderar-se do aparelho do Estado e pela reacção que os encoraja na sombra como agentes de desagregação do binómio Ovo-M. F. A.

Neste conjunto, a terceira incógnita — Partidos — assume um valor indeterminado que o Governo terá de definir por aproximações sucessivas. Para isso dispõe de uma base fundamental, o Plano de Acção Política, que consagra o reforço das bases populares como resposta ao desafio partidário.



RENASCENÇA GRÁFICA, S. A. R. L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185, 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL



Continuação da pág. 1

Mas desde já uma coisa é certa: se os interesses locais ou de classe, se o trabalho e a experiência imediata dão às unidades populares de base uma força unitária que as sobrepõe às organizações políticas, tal autonomia não está isenta das influências partidárias. Passa por elas e cada vez mais. Até porque na criação efectiva do poder popular está a politização das massas — não só através do controlo e da vigilância dos trabalhadores como da formação ideológica que dessa prática decorre.

Deste formular de linhas contraditórias, aproveita necessariamente a reacção. Ela é uma causa que se torna consequência — já sabemos. Uma consequência das nossas indecisões. Vale-se da tolerância para explorar a violência e por agora anseia pelo primeiro confronto punitivo do M. F. A. para o separar do povo. Numa escalada assim, tão à vista e tão intensiva, a solução que mais imediatamente ocorre é a de neutralizar em vez de reprimir. Mas também essa via requer meios de actuação, operacionalmente eficazes em graus e em tempo, sem os quais tudo fica reduzido a respostas aleatórias ou passivas às provocações ou ao golpe contra-revolucionário.

O impasse político com que o novo Gabinete vai deparar deriva fundamentalmente das carências de apoio real e efectivo que o poder popular encontra na estratégia governamental. Não na programação teórica em que o situa o M. F. A., que essa é clara e correcta, mas na passagem à prática dos princípios formulados. Simplesmente.

É que uma revolução não se desenvolve ao reboque dos acontecimentos — está mais que dito. E quando assim é, quando se actua apenas por resposta e não por iniciativa, quando a palavra se substitui à acção, toda a planificação é ultrapassada a breve trecho e todo o espontaneísmo se consagra sem enquadramento nem correcção. No caso português, isso é mais que evidente. Sem a institucionalização consequente dos laços de autoridade, o papel político das bases trabalhadoras perde força e enquadramento nacional.

Num apanhado, como este, das componentes-base em presença no jogo político português, a descolonização não parece afectada por divergências essenciais e, por consequência, não cabe averbar nele a sobrecarga com que o caos angolano veio adensar o balanço das nossas dificuldades. Não é disso que se trata.

Do que se trata aqui e agora, é da plataforma de forças políticas em que assenta a nossa realidade. É dela, e em estado de equilíbrio instável que vão partir os novos governantes para darem seguimento ao programa revolucionário. Sabem-na estruturada sobre linhas mestras de traçado complexo e contraditório, e mais: que é certamente daí que resultam as crises de autoridade e as imprecisões do braço do Poder.

As demoradas negociações que têm vindo a decorrer para a criação do novo Gabinete Ministerial parecem assentar principalmente no encontro de fórmulas de articulação político-militar em equação com o Directório. Isso faz pressupor a que iremos ter, finalmente, um Governo de acção.

Esperamos que o seja. Agora. Para já.